

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº ESPECIAL

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE SETEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA SESSÃO ESPECIAL COM O  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA  
FAZENDA, INGO HÜBERT PARA  
PRESTAR INFORMAÇÕES  
REFERENTES AO  
2º QUADRIMESTRE DE 2002  
REALIZADA EM 30 DE  
SETEMBRO DE 2002**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Milton Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

**AUDIÊNCIA PÚBLICA - DIA 30.09.2002**

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dois, compareceu na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na presença do seu presidente, Exmo. Sr. deputado Hermas Brandão, o secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Ingo Henrique Hübert, com a finalidade de prestar as informações e esclarecimentos necessários relativos ao cumprimento das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre de 2002, pelo Estado do Paraná, bem como efetuar a entrega da respectiva documentação.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná  
INGO HENRIQUE HÜBERT  
Secretário de Estado da Fazenda

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Bom dia a todos.

Temos a satisfação de receber o nosso secretário da Fazenda, Ingo Hübert, que fará rapidamente uma explanação, colocação dos números do 2º quadrimestre de 2002, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com a palavra, o nosso secretário.

O SR. INGO HÜBERT

Senhor presidente, antes de mais nada, muito obrigado por nos receber aqui, esta acolhida - como de costume - muito calorosa.

Vamos ser bastante breves na apresentação, entendendo que todos os presentes estão realmente trabalhando muito arduamente nesse período, e eu me permitiria apresentar aqui apenas os principais destaques do desempenho orçamentário do 2º quadrimestre de 2002, atendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal que exige isto formalmente e depois nós deixaríamos com os nossos companheiros da imprensa que eu gostaria também de dar as boas-vindas aqui nesta apresentação e agradecer pelo contínuo interesse e principalmente pela cobertura. Deixaremos o material nas mãos do Omar e ele depois, quem sabe, pode fazer uma distribuição.

Então, muito rapidamente vamos dar uma olhada em como é que estamos em termos de execução orçamentária.

Podemos ver que no quadrimestre, ou seja, nos quatro meses, nós tivemos uma receita 3% maior que o projetado. Havíamos projetado 3 bilhões e 56 e realizamos 3 bilhões 161. 3% pode parecer pouco, mas são mais de 100 milhões de receita que foram arrecadados durante esse quadrimestre.

Gostaria de ressaltar aí o bom trabalho da nossa..., dos companheiros da secretaria que tornaram isto possível e a economia do Paraná, evidentemente, que está indo muito bem. Enquanto outros estados estão tendo receitas decrescentes, como nós sabemos, em relação ao ano passado, o Paraná é um dos poucos do Brasil que está tendo receitas crescentes.

Podemos ver aí que as receitas de capital foram um pouco menores do que o projetado. Na verdade aqui falamos principalmente de dividendos, e tivemos aí o fenômeno da alta do dólar. Nas despesas totais, eu gostaria de salientar que o Estado apertou o cinto, ou seja, podem ver que as despesas correntes ficaram aproximadamente trinta milhões abaixo do previsto, com 98,89%. No ano, nós tivemos receitas correntes também acima do projetado. Podemos ver aí, e as despesas correntes, bem abaixo do que tínhamos projetado, com 96,56%.

Aqui nós chegamos realmente ao que interessa, quer dizer, muita gente me pergunta na rua: secretário, o Estado está com saúde financeira boa? Não está com saúde financeira boa?

Existem várias coisas que medem essa saúde financeira. Em primeiro lugar, evidentemente, o pagamento das folhas de pagamento, que é o maior item de despesa. Em segundo lugar é o resultado primário - em

todos os países do mundo que têm medições macroeconômicas, em todos os Estados, o primeiro grande indicador de saúde financeira é o déficit, ou então, o resultado primário. Nós havíamos projetado para o período de janeiro a agosto o resultado primário de 753 milhões e conseguimos chegar a 840.427 milhões de reais, portanto um resultado primário de 11% acima do previsto. Esse é o primeiro indicador de saúde financeira do Estado. Um outro indicador de saúde que vamos ver é a dívida. Muito tem se falado da dívida. Vamos analisá-la depois.

Aqui, temos vários subítens, que depois podem ser analisados em detalhe: formação da receita corrente líquida, receita tributária, transferências correntes, etc. A menos que haja alguma pergunta, poderíamos passar por cima disso.

O quadro importante vem agora suscitando muitas dúvidas e indagações: como está o Estado do Paraná no cumprimento da antiga Lei Camata, ou seja, da atual Lei de Responsabilidade Fiscal, em termos de custo de pessoal em relação à receita corrente líquida? Como sabemos o Poder Executivo tem um limite de 49%; à soma dos poderes, têm um limite de 60% da receita corrente líquida; estamos hoje com 46,35% da receita corrente líquida com despesas de pessoal, ou seja, estamos aquém do limite, que é de 95%. Em outras palavras, o Estado do Paraná não aumentou o seu quadro de pessoal, nesses últimos oito anos. Pelo contrário, houve uma redução no quadro de funcionários. O custo desse pessoal aumentou muito, como nós sabemos, em 94. O último ano do governo passado, o custo de pessoal era de 958 milhões - pouca gente sabe disso. Hoje, a nossa projeção é de três bilhões e novecentos milhões, mais ou menos. Por aí pode-se ver que subiu os custos com pessoal, com menos gente, ao longo desses últimos oito anos. Apesar de tudo isso, a despesa líquida de pessoal está com 46,35, porque a receita subiu mais do que proporcionalmente. Essa proporção está dentro da lei e ela está em um valor perfeitamente administrável, principalmente, por causa da receita que subiu acima daquilo que havíamos previsto, em função da mudança de perfil econômico do Estado do Paraná, como sabemos.

No quadro seguinte: quanto é que o Estado gasta com ensino. Muito se fala que gasta pouco, que gasta aquém. Pela lei, o limite constitucional manda pagar 25% da receita líquida resultante de impostos, que de janeiro a agosto foi de quatro bilhões e quatorze milhões de reais. O Estado do Paraná gastou, com educação, 27,78%, em um total de um bilhão e cento e quinze milhões, nesses oito meses, portanto, acima do limite constitucional.

No quadro seguinte, os gastos com saúde. Aqui, temos um desafio maior, porque efetivamente gastos com saúde envolvem um trabalho de grande extensão. Estamos próximos aos 9%, que é o limite constitucional, ainda estamos um pouco abaixo, estamos com 8,86%. Mas seguramente até o final do ano, devemos estar atingindo os 9% constitucionais, cumprindo assim também a

meta, como temos feito nos anos passados, de gastos com saúde, em cima da receita líquida de impostos.

No quadro seguinte analisaremos a dívida. O primeiro item é o serviço da dívida pública. O Paraná tem uma projeção de gasto de 986 milhões ao longo do ano, em serviço da dívida, o que são amortizações mais juros. A lei prevê também que todos os anos o Estado pode aumentar a sua dívida em até 16% da receita corrente líquida. É isso que diz a lei, ou seja, se o Estado fosse exatamente atrás da lei, poderia comprometer a dívida atual por mais um bilhão e cem milhões de reais, e em operações de crédito foram feitas agora, principalmente a operação do PIB, que é o Plano de Desenvolvimento de um banco, e as operações aumentaram entre janeiro e agosto, 96 milhões, ou seja, 1,41% que dá menos de um décimo daquilo que o Estado, por lei, poderia ter feito.

A capacidade de endividamento do Estado: fala-se que o serviço líquido da dívida pública poderia ser 11,5% da receita corrente líquida que é de 328.158. Estamos falando apenas em dívida pública, portanto, 4,77% da receita corrente líquida, portanto, muito aquém também que por lei poderia ser.

Temos aqui os dados das garantias concedidas, e também é uma indagação bastante freqüente, mas o Estado não consegue muitas garantias nas suas autarquias, nas suas empresas de economia mista, etc. Pela lei poderia comprometer até 22% da receita corrente líquida em garantias. O Estado concedeu garantia em 18,18%, portanto, também aquém do limite legal.

Quadro seguinte: aqui nós temos alguns saldos devedores de empresas de economia mista com garantias dadas pelo governo do Estado. Podemos ver que esse número, um bilhão, duzentos e cinqüenta, é o mesmo quadro anterior, que mostra que o Estado está aquém da dívida legal, mas aqui está o detalhamento dele.

No quadro seguinte, nós vemos o comprometimento de antecipação de receitas, ou seja, todos os Estados poderiam fazer antecipações de receita até o limite legal de 7% da receita corrente líquida.

Como é o último ano do governo, nós não achamos responsável nem sério fazer antecipações de receitas de um próximo governo, portanto pode ver que a antecipação de receita orçamentária é absolutamente zero. Nós, deliberadamente, não entramos nisso, e também existe uma outra razão: os juros seriam bastante altos. Então, para não comprometer mais o orçamento, a antecipação de receita orçamentária foi absolutamente zero.

Quadro seguinte: qual é afinal de contas, a dívida? Existe muita manipulação política nesse número, alguns falam 16, outros 13, outros 9 e outros falam em 10. Como é que poderíamos analisar o saldo devedor?

Primeiro lugar: vamos falar de dívida fundada. O que é dívida fundada? É aquela dívida contratada. Devemos somar precatórios a isso ou não devemos somar precatórios. Em outras audiências que fizemos nesta Casa, fomos indagados por números muito maiores do que esses, somando então, precatórios.

Acontece que pelo menos 2/3 dos nossos precatórios estão sendo discutidos no Supremo Tribunal Federal hoje, quanto a quem cabe nesses precatórios. O Estado do Paraná defende que, por exemplo, a Central do Paraná, não tem nada a ver, é um projeto federal, este precatório pertence à União e não ao Estado. Então, simplesmente pegar esses 3 bilhões de precatórios e somar nesses 10, e dizer que o Estado deve 13 bilhões, é uma sandice, é algo que realmente não faz muito sentido. A dívida fundada cresceu entre o 1º quadrimestre e o 2º, de 8,8 para 10 bilhões. Por que isso? Principalmente por causa da dívida externa e da alta do dólar. Nós temos o detalhamento disso abaixo. Então, a nossa dívida fundada hoje, é de 10,3 bilhões. É isso que o Estado deve, na concepção exata da lei.

Quadro seguinte: A dívida pública do Estado, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, poderia ser de 2 vezes a receita corrente líquida, portando de 13,756 bilhões. Como ela é de 10.376, hoje o Estado do Paraná deve uma vez e meia a receita corrente líquida. Vamos ver um quadro muito interessante agora na seqüência de como evoluiu isso ao longo do tempo e como se poderia, eventualmente, analisar a evolução do endividamento do Estado.

O quadro seguinte por favor. Aqui, temos uma relação de todas as dívidas do Banestado, que existiam no final de 1994, e que naturalmente estavam no balanço de Banestado; não faziam parte da dívida pública do Estado. Como sabemos, quando houve o saneamento do Banestado, em 1998, essa dívida oculta para o Estado passou a ser uma dívida fundada para a contabilidade do Estado.

Quadro seguinte. Aqui vemos um número interessante, que 67% da dívida que o Estado assumiu em 1998, ou seja quando houve aquela descontinuidade, aquele pulo da dívida, que era de algo corrigido como 1,9 bilhões na ocasião e pulou para 7 bilhões aproximadamente. Sessenta e sete por cento dessa dívida já existia em 1994, só que era uma dívida oculta, era uma dívida que estava no balanço do Banestado e que depois teve que ser assumida pelo Estado em 1998, por causa do saneamento do Banco. O Banco Central, nessas questões, é absolutamente implacável. Deve ser mesmo; essa é a sua função. No saneamento do Banestado essas dívidas já existentes foram assumidas pelo Tesouro. É por isso é que houve esse grande crescimento da dívida em 1998.

Outro quadro. Aqui, vemos uma comparação. Aqui, só faltou escrever que são reais mil de 1998. Vamos dizer a parte de dezembro de 1994, foi trazida para 1998, para que pudéssemos somar a dívida do Banestado que já existia em 1994 e que foi, passou a ser dívida do Estado. Se formos por esse critério, em dezembro de 1994 e novamente em reais de 1998, quando do saneamento, o Estado já possuía uma dívida de 4,996 bilhões de reais. Apesar de que, contabilmente sabemos que essa dívida era de 1 bilhão e duzentos, mas se somarmos as partes ocultas, que já existiam, e corrigirmos até dezembro de 1998, nós chegaremos a 4 bilhões 996 milhões.

Depois, naturalmente, houve a execução da dívida, novos empréstimos, houve o PIB 4, estradas, houve o PIB do desenvolvimento urbano, houve o Paranasan, e essa dívida passou de 4,9 para 9.690. Então essa seria uma comparação um pouco mais sensata. A dívida, portanto, não passou de 1,2 para 10. Passou de cerca de 4,9 para 9,6 em reais de 1998 e em reais de 1992. Agora o quadro interessante aparece em baixo. Se pegarmos essa dívida e compararmos com a arrecadação do Estado, vamos ver que a arrecadação também corrigida, vamos ver que o Estado devia aproximadamente 3 e meio vezes a arrecadação. Ao passo que hoje o Banestado deve 1,73 vezes a arrecadação por vencimento de débito, de maneira que hoje, se nós pegarmos a proporção com a receita do Estado, o Estado está muito menos endividado do que estava em 1994. Em outras palavras é a mesma coisa que comprarmos um apartamento do BNH com uma receita de R\$1000,00 por mês, comprometer 30% dessa receita e anos depois estarmos ganhando R\$7000,00 por mês e a dívida do BNH ter subido digamos de R\$300,00 para R\$400,00. Quer dizer, se tomarmos a proporção com a receita, o Estado do Paraná hoje tem um endividamento muito menor do que tinha no início de 95.

Com isso, senhor presidente, terminamos a apresentação, bem rapidinho, para mostrar que a situação do Estado está bastante equilibrada.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradeço ao secretário Ingo Hübert pelo seu comparecimento a esta Casa, colocando às pessoas interessadas a situação financeira do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tudo o que foi colocado aqui, está à disposição pela Internet. Qualquer paranaense, qualquer cidadão brasileiro, qualquer órgão da imprensa, tem disponível. Inclusive vamos ter aqui, à disposição da imprensa, o caderninho para que possa fazer as considerações que achar necessárias.

Acho que sua explanação foi muito bem colocada inclusive em relação ao quanto era nosso débito anteriormente, e nosso débito hoje. E essa comparação com a receita, isso é fundamental, só se fala no aumento e não se fala no aumento da receita. Fala-se no aumento da dívida e não se fala no aumento da receita. Proporcionalmente estamos devendo bem menos do que devíamos anteriormente. Então, acho que a situação do Estado é uma situação saudável financeiramente.

Agradeço a presença dos técnicos da Secretaria, da imprensa, realmente foi uma sessão pública muito rápida hoje até justificável, porque os parlamentares estão na última semana de campanha e estão à cata de voto para retornarem à Casa, mas fico orgulhoso de ver a situação do Estado e receber o Orçamento do Estado que mostra o seu crescimento e relação a 2002/2003 com quase 12%, que é fundamental para que o Estado possa continuar avançando, e mostra o resultado da geração de empregos no Estado, que também aumentou em relação ao aumento

da arrecadação. Se aumentou a arrecadação do Estado, automaticamente aumentou a geração de empregos também.

Cumprimentamos pelo seu trabalho, sua equipe e agradecemos a presença.

Está encerrada a reunião.